

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde
(SECTICS)
Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF)
Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos (CNPURM)

57ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional da Promoção de Uso Racional de Medicamentos (CNPURM) - 2025

Local: Organização Pan-Americana da Saúde

Data: 24 e 25 de junho de 2025

Pautas:

1. **Apreciação da ata da 56ª Reunião Ordinária do CNPURM**
2. **Apresentação: “URM e pessoas privadas de liberdade” – Dr. Vinícius Detoni Lopes (DAF/SECTICS/MS)**
3. **Apresentação e discussão sobre o andamento do plano de ação por eixos temáticos**
4. **Palestra e discussão ao tema: Projeto Farma Libras**
5. **Palestra e discussão ao tema: “Projeto Integra e possibilidades de parcerias com o CNPURM” – Profa. Dra. Silvana Nair Leite (UFSC e Escola Nacional dos Farmacêuticos)**
6. **Cuidado Farmacêutico no contexto do Uso Racional de Medicamentos – Mauren Luciana Estevam (DAF/SECTICS/MS)**

Lista de participantes:

24/06: Agnes Nogueira Gossenheimer (DAF), Alex Barcelos Monaiar (SESAI), Ana Liani Beisl Oliveira (DAF), Célia Machado Gervásio Chaves (Fenafar), Christina Hajai Gonzalez (CFM), Claudio Nishizawa (Anvisa), Débora Raymundo Melecchi (CNS), Elton da Silva Chaves (Conasems), Emília Vitória da Silva (ouvinte), Felipe Ricardo Cachate (DAF), Gilvania Melo de Albuquerque (Opas), Gláucio de Moraes e Silva (CFO), Henrique Vogado (Conass), Jânio Barbosa Pereira Júnior (DAF), Jaqueline Rocha Borges dos Santos (SECTICS), Juliana Veríssimo (DAF), Júlio César Vieira (DAF), Lívia de Souza SOares (DAF), Luciane Anita Savi (Conasems), Lucieda Araújo Mendonça (SGTES), Marina Andueza Pereira (Idec), Mário Borges Rosa (ISMP), Melissa Borges de Farias Martines (DAF), Mhayra Zudmilla Veloso Vidal (DAF), Mauren Luciana Estevam (ouvinte), Nélio Gomes de Moura Júnior (DAF), Núbia Flávia Oliveira Mendes (convidada), Pamela Alejandra Saavedra (CFF), Rodrigo Luís Taminato (ouvinte), Vera Lucia Luiza (Fiocruz), Vinicius Detoni Lopes (convidado), Yuri Yabu de Barros (DAF), Amanda Ribeiro de Souza (DAF), Edson Santos (SAPS).

25/06: Agnes Nogueira Gossenheimer (DAF), Ana Cristhina Sampaio Maluf (DAF), Ana Liani Beisl Oliveira (DAF), Célia Machado Gervásio Chaves (Fenafar), Christina Hajai Gonzalez (CFM), Claudio Nishizawa (Anvisa), Débora Raymundo Melecchi (CNS), Emília Vitória da Silva (ouvinte), Felipe Ricardo Cachate (DAF), Gilvania Melo de Albuquerque (Opas), Gláucio de Moraes e Silva (CFO), Henrique Vogado (Conass), Jânio Barbosa Pereira Júnior (DAF), Jaqueline Rocha Borges dos Santos (SECTICS), Lívia de Souza Soares (DAF), Luciane Anita Savi (Conasems), Marina Andueza Pereira (Idec), Mário Borges Rosa (ISMP), Melissa Borges de Farias Martines (DAF), Mhayra Zudmilla Veloso Vidal (DAF), Mauren Luciana Estevam (convidada), Nélio Gomes de Moura Júnior (DAF), Pamela Alejandra Saavedra (CFF), Priscila Torres da Silva (CNS), Rodrigo

Luís Taminato (ouvinte), Vera Lucia Luiza (Fiocruz), Yuri Yabu de Barros (DAF), Amanda Ribeiro de Souza (DAF), Edson Santos (SAPS), Silvana Nair Leite (convidada).

Siglas:

Anvisa: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CFF: Conselho Federal de Farmácia

CFM: Conselho Federal de Medicina

CFO: Conselho Federal de Odontologia

CNS: Conselho Nacional de Saúde

Conasems: Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde

Conass: Conselho Nacional de Secretários de Saúde

DAF: Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

Fenafar: Federação Nacional dos Farmacêuticos

Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz

Idec: Instituto de Defesa do Consumidor

SMP: da sigla em inglês *Institute for Safe Medication Practices*

Opas: Organização Pan-Americana da Saúde

SAPS: Secretaria de Atenção Primária à Saúde

SECTICS: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde

SESAI: Secretaria de Saúde Indígena

SGTES: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Dia 24/06/2025

Período matutino

Informes

Jaqueline (SECTICS) iniciou a reunião perguntando aos membros se havia algum informe a ser feito ao CNPURN. Marina (Idec) informou que a consulta pública sobre a precificação dos medicamentos se encontrava aberta. Débora (CNS) trouxe o tema sobre liberação da venda de medicamentos em supermercados, informando que ela se encaminha para a aprovação. Emília (ouvinte/UnB) informou sobre o CNPURN de Enfrentamento à Desinformação da Universidade de Brasília (UnB), que poderia ser utilizado pelo CNPURN no sentido de combater desinformações acerca do uso inadequado de medicamentos. Elton (Conasems) relembra da nota conjunta elaborada por Conass e Conasems, manifestando posicionamento contrário à liberação da venda de medicamentos isentos de prescrição (MIP) em supermercados por estas entidades. No entanto, corrobora à fala anterior de que o Projeto de Lei nº 2158/2023 se direciona à aprovação, acrescentando que existe um grupo de parlamentares pressionando neste sentido. Ponderou que talvez coubesse um ponto de pauta para discussão e eventual posicionamento deste Comitê acerca do assunto. Acrescentou que se faz necessária a discussão sobre responsabilidade sanitária diante da possibilidade desse novo panorama, aproveitando para relembrar que existem redes de drogarias e farmácias vendendo carnes e outros alimentos e que a responsabilidade sobre estes estabelecimentos também precisa ser discutida. Célia (Fenafar) informou o posicionamento contrário da Fenafar sobre a PL nº 2158/2023

pontuou que, no que tange à venda de produtos alimentícios em farmácias, em que considera a lei federal nº 5991 de 1973 como omissa quanto ao que não é permitido vender em farmácias e drogarias. Luís (DAF) reforçou as problemáticas sobre a venda de medicamentos em supermercados, destacando o possível aumento de intoxicações, a promoção do uso inadequado, e o papel da Vigilância Sanitária na fiscalização desses estabelecimentos, especialmente no que diz respeito às condições de armazenamento. Henrique (Conass) pontuou que, diante da eminente aprovação da venda de medicamentos em supermercados, seria importante que fossem elaboradas medidas de contenção de danos. Neste sentido, sugeriu que uma dessas medidas seria o retorno do armazenamento dos MIP para a área atrás do balcão das farmácias. Além disso, se posicionou contra a venda de medicamentos sujeitos à apresentação de prescrição sem que esta seja apresentada, como regulamentado nas leis federais nº 5991/73 e 9787/99. Cláudio (Anvisa) solicitou contribuições do CNPUM sobre os trabalhos realizados no Plano Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos (PAN-BR) no eixo Vigilância Sanitária (PAN-VISA). Informou que encaminharia os materiais junto ao eixo Antimicrobiano para as contribuições do CNPUM.

1. **Apreciação da ata da 56ª Reunião Ordinária do CNPUM**

Jaqueline (SECTICS) iniciou o ponto de pauta lembrando que a ata foi enviada aos membros por e-mail para apreciação e contribuições. Célia (Fenafar) informou que sugeriu pequenas correções na escrita (nenhuma direcionada ao conteúdo) e que as enviou também por e-mail. Pâmela (CFF) acrescentou que tinha correções a fazer, mas que não conseguiu enviá-las e reforçou que estas não impactam no conteúdo da ata, ao que Jaqueline (SECTICS) respondeu que estas poderiam ser enviadas posteriormente. Jaqueline (SECTICS) reconheceu que se tratava de uma ata longa, como em geral são as atas das reuniões do CNPUM, e se comprometeu a enviar as próximas atas com maior antecedência, para que os membros tenham tempo hábil para leitura. Seguiu indagando se algum membro gostaria de pontuar alguma correção ou contribuição. Sem mais a ser tratado, posta em apreciação a ata da 56ª reunião ordinária do CPUM foi aprovada por unanimidade, com abstenção da Débora Melecchi (CNS).

2. **Apresentação: Uso racional de medicamentos e pessoas privadas de liberdade**

O Dr. Vinícius Detoni Lopes, consultor técnico farmacêutico do Ministério da Saúde (DAF – Núcleo do Cuidado Farmacêutico), apresentou a temática "Uso Racional de Medicamentos e Pessoas Privadas de Liberdade" no contexto da Atenção à Saúde no Sistema Prisional.

A apresentação abordou o marco normativo e político que sustenta o direito à saúde da população privada de liberdade, destacando a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas

de Liberdade (PNAISP) e o financiamento da Assistência Farmacêutica previsto na Portaria nº 2.765/2014. Foram discutidas as principais deficiências estruturais e assistenciais do sistema prisional, como superlotação, prevalência elevada de doenças transmissíveis e crônicas, carência de infraestrutura adequada para assistência farmacêutica, ausência de prontuário eletrônico, subutilização de farmacêuticos nas equipes e práticas internas que comprometem o acesso equitativo aos medicamentos. O Dr. Vinícius destacou ainda dados epidemiológicos preocupantes, como a prevalência aumentada de hepatites virais, tuberculose, hipertensão, dislipidemia e síndrome metabólica, além de estudos recentes com homens e mulheres privados de liberdade que evidenciam vulnerabilidades específicas.

Na parte final, foram elencadas propostas estratégicas, incluindo: inserção efetiva de farmacêuticos nos presídios com atuação clínica e técnico-gerencial; realização de estudos sobre uso de medicamentos; fortalecimento de ações interdisciplinares; educação em saúde; criação de Comissões de Farmácia e Terapêutica (CFT); e melhorias nos sistemas de informação e infraestrutura. Também foi defendida a necessidade de coordenação do cuidado na transição entre o sistema prisional e a liberdade, visando à continuidade terapêutica e redução de riscos.

A apresentação enfatizou o papel central do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos e na qualificação do cuidado à saúde no sistema prisional, além da necessidade urgente de ações estruturantes e intersetoriais para garantir os direitos constitucionais à saúde dessa população.

Ao final da apresentação foi aberto espaço para contribuições dos membros. Foram discutidos tópicos envolvendo a importância de estudos farmacoepidemiológicos na população privada de liberdade, o controle do uso de medicamentos, em especial antimicrobianos, sendo neste tópico pontuada a preocupação com possíveis estímulos à resistência bacteriana a estes medicamentos. Além disso, foi debatido o próprio papel do CNPURN, contemplando suas atribuições expressas na portaria nº 3.221 de 9 de dezembro de 2019. Por fim, foi sugerida a inserção dos temas “Saúde Prisional” e “Saúde Indígena” como foco de planos de trabalho para o próximo biênio. Os encaminhamentos a partir das explanações foram os seguintes: resgate de trabalhos sobre o uso de medicamentos por pessoas privadas de liberdade e pessoas indígenas; elaboração de material para atuação profissional em saúde tangível ao uso racional de medicamentos e pessoas privadas de liberdade.

Período vespertino:

Assuntos gerais

A reunião no período da tarde foi iniciada com a abertura para assuntos gerais, permitindo que os membros apresentassem questões diversas.

Sem assuntos a tratar, o próximo ponto de pauta foi iniciado.

3. Apresentação e discussão sobre o andamento do plano de ação por eixos temáticos

Eixo Informação

Jaqueline (SECTICS) explicitou aos novos membros que o CNPURM opera com uma estrutura de trabalho dividida por eixos, alinhados às ações do Plano de Ações. O atual biênio termina neste semestre, e uma nova pactuação será definida para o próximo período. Foi iniciada a apresentação do Eixo Informação, conduzida por Mhayra, consultora do Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF). A apresentação teve como objetivo atualizar os membros sobre as atividades desenvolvidas pelo eixo ao longo do biênio. Mhayra (DAF) detalhou as ações do Eixo Informação, cujo principal objetivo é garantir a transparência das atividades do CNPURM. Para isso, foi realizada uma atualização na página do CNPURM junto à página do Ministério da Saúde. Apesar de um processo burocrático e extenso, a equipe conseguiu implementar as atualizações. O objetivo é que a página exiba as atividades do CNPURM, expondo ao público o trabalho realizado. A intenção é garantir o acesso à informação para todos e tornar o trabalho do CNPURM mais claro e acessível. Durante a discussão sobre a atualização da página, foi esclarecido que a demora se deu por conta de dois fatores: a reorganização interna da comunicação no Ministério da Saúde e a necessidade de seguir um *layout* mais padronizado. Embora houvesse a intenção de mudar a identidade visual, essa padronização limitou as alterações estéticas. O foco principal, no entanto, foi garantir que as informações estivessem de fato atualizadas. Considerando o propósito vinculado à garantia de transparência, foi mencionado que a ata da reunião de hoje será publicada na página oficial. Uma grande novidade, e uma demanda antiga, é a criação de um espaço na página para a divulgação das atas das reuniões do CNPURM. A apresentação reforçou que o Eixo Informação tem a missão de definir estratégias comunicacionais e disseminar informações, servindo como um ponto de contato e transparência para todos os eixos. Mhayra (DAF) também abordou os próximos passos, que incluem a divulgação de todas as atividades realizadas, usando os canais de comunicação disponíveis: a página do CNPURM e, se pertinente, redes sociais do Ministério da Saúde. Elton (Conasems) comentou sobre a atualização da página, parabenizando a equipe pela conquista, uma vez que ele entende que realizar essas atualizações dentro da estrutura do Ministério da Saúde não é uma tarefa simples. Ele ressaltou que, embora exista uma regulamentação para a página gov.br, o CNPURM, poderia, no futuro, pensar em agregar notícias relacionadas ao tema por meio de *tags*. A sugestão inclui a divulgação de ações realizadas por Centros de Informação de Medicamentos (CIM), Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, ou até mesmo a divulgação do "Dia Nacional do Uso Racional de

Medicamentos". Ainda em sua fala apontou como exemplo a participação de Marco Aurélio Pereira no Conasems, em um projeto chamado "Estação SUS", que é semelhante a um "vídeo cast" para a qual sugeriu a divulgação na página do CNPURM. Ele também mencionou a possibilidade de integrar iniciativas de outros órgãos, como podcasts relacionados ao tema, para agregar informação à página. Em resposta, Jaqueline (SECTICS) informou que levará o assunto à equipe de comunicação para avaliar a viabilidade da proposta. Vera (Fiocruz) comentou que a proposta do Elton é excelente, contanto que seja cercada de alguns cuidados. O Ministério da Saúde já tem um vasto conhecimento nessa área; a rede APS, por exemplo, já faz esse tipo de mapeamento de iniciativas municipais. Além disso, o setor de comunicação pode ajudar nisso. Nesse sentido, considerou crucial ter o cuidado no compartilhamento de documentos que sejam experiências municipais. Ainda seguiu enfatizando que considera importante também avaliar essas experiências, para evitar validação de informações não avaliadas com profundidade. Completou explanando que se algo é colocado em uma página oficial, de certa forma está sendo exposto, a não ser que se adicione um aviso bem visível de que o relato é de responsabilidade da pessoa que o enviou, e não do Ministério da Saúde ou do CNPURM. Pâmela (CFF) iniciou sua fala parabenizando o trabalho e reforçou os comentários de Vera. Destacou a necessidade de cautela ao divulgar ou compartilhar conteúdos na página do CNPURM, a fim de evitar conflito de interesses. Ressaltou a importância de que o material seja revisado para não associar o CNPURM com entidades cujos interesses não sejam compatíveis com os objetivos deste Comitê. Sugeriu, ainda, que seja criado um mecanismo formal de comunicação entre o CNPURM e os setores de comunicação das instituições que o compõem. Mencionou que, no CFF, as informações são sempre divulgadas, e que um fluxo oficial, como o envio de ofícios, garantiria que as ações do CNPURM fossem replicadas nos canais de todas as entidades dos membros. Célia (Fenafar) iniciou sua fala pontuando que a questão da divulgação é uma demanda antiga do CNPURM. Apresentou sua reflexão sobre as formas de realizar essa divulgação e como elas podem ser mais ou menos eficazes. Ela questionou a eficiência entre *links* de acesso da página do CNPURM e as páginas das entidades dos membros, pois, embora considere prático, ponderou que pode não ser a forma mais efetiva de comunicação. Levantou a questão de que a navegação nas páginas institucionais pode ser lenta e que, em geral, o usuário pode ter dificuldade de encontrar o conteúdo desejado. Célia (Fenafar) ainda comentou que, no passado, houve uma iniciativa de criar uma rede de comunicação entre os profissionais de comunicação das entidades, mas a ideia nunca foi bem-sucedida. Por isso, sugeriu que a solução ideal seria algo mais automático, talvez com o uso de tecnologia, como um sistema que replique o conteúdo disponibilizado na página do CNPURM para as páginas das entidades de forma automática. A representante da Fenafar sugeriu que cada entidade-membro disponibilize em um

local de destaque em sua página o *link* direto para a página do CNPURM, o que daria maior acesso ao conteúdo. No entanto, ponderou que essa solução pode não ser totalmente eficaz, especialmente quando se busca divulgar um evento ou uma atividade específica. Ela finalizou a explanação descrevendo a dificuldade que ela própria teve ao navegar na página do CNPURM para encontrar uma informação específica. Jaqueline (SECTICS) complementou o debate, pontuando que as definições políticas de comunicação de diversas instituições, incluindo Universidades, muitas vezes restringem a divulgação de *links* para páginas de outras entidades. Ela observou que mesmo no próprio Ministério da Saúde, raramente se vê esse tipo de *link* para outras instituições. Apesar disso, Jaqueline (SECTICS) defendeu a importância de continuidade de diálogo direcionada à construção em rede para alcance de um público maior. Ela sugeriu que seria útil obter dados sobre o acesso à página do CNPURM, como o número de acessos e o perfil dos usuários, para que o grupo possa avaliar se os objetivos de comunicação estão sendo alcançados. Jaqueline (SECTICS) propôs que uma forma de expandir a divulgação seria através dos Centros Regionais de Informação sobre Medicamentos (CRIM), pois eles poderiam replicar o conteúdo em suas plataformas. Ela também mencionou o uso de outras estratégias de comunicação, como o Instagram, que hoje tem um alcance significativo. No entanto, ressaltou a limitação de que o CNPURM não pode ter uma conta própria no Instagram, já que todas as divulgações são feitas via canais oficiais do Ministério. A representante do Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF) concluiu que o momento atual é oportuno para discutir esses aspectos, especialmente com as mudanças recentes na área de comunicação do Ministério da Saúde.

Eixo Pesquisa

Jaqueline (SECTICS) deu continuidade à apresentação, convidando para explanação a consultora do DAF, Ana Liane, que atua junto ao Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica no DAF. Ana Liane (DAF) destacou alguns pontos do trabalho do Eixo Pesquisa. A pauta começou com o projeto Farma Libras, considerada uma demanda antiga do grupo. O projeto foi desenvolvido em parceria entre o CFF e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Foi destacado que o objetivo se pautou no estímulo do aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por farmacêuticos brasileiros. A representante também mencionou outro projeto, o "Bula Libras", que está sendo desenvolvido pela professora Núbia Mendes do Instituto Federal de Brasília (IFB). Destacou-se que o projeto visa a adaptação de bulas de medicamentos para o formato em Libras. A professora compartilhou mais detalhes sobre a iniciativa, que tem como objetivo facilitar o acesso às informações sobre medicamentos para o público surdo e, a seguir, convidou a professora Núbia Mendes para uma explanação mais detalhada sobre o projeto.

4. **Palestra e discussão ao tema: Projeto Farma Libras**

A representante do projeto "Bula Libras", Núbia Mendes, deu início à apresentação, agradecendo o convite e expressando a honra de compartilhar os detalhes da iniciativa. Ela explicou que o projeto se dedica a traduzir as informações contidas em bulas e embalagens de medicamentos para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), com foco na comunidade surda. O projeto, que teve início em 2016 com a sua pesquisa de mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e uma parceria entre a UFSC e o IFB, em que ela atualmente leciona Libras. A equipe de coordenação é composta pelo professor Marcos Wei e pela farmacêutica Geovani, que é surda. No que tange à importância do projeto, Núbia ressaltou que, embora existam bulas acessíveis em Braille, áudio e com fontes ampliadas, não há um formato em Libras. Ela explicou que a Libras é uma língua visuoespacial e, portanto, requer a tradução em vídeo. A palestrante destacou que a Lei federal número 11.903/2009, que prevê a bula digital, é uma oportunidade para a implementação do projeto. Apresentou ainda que o objetivo principal do "Bula Libras" é garantir um acesso linguístico seguro e adequado para os surdos, promovendo autonomia e uso consciente dos medicamentos. Ela criticou o uso de aplicativos de tradução por avatares, que, embora promissores, não capturam as especificidades da Libras, como a prosódia e as expressões faciais e corporais. Em vez disso, propôs uma tradução feita por humanos, que além de ser mais precisa, considera aspectos culturais e contextuais. Núbia demonstrou o processo de tradução do projeto, que inclui a transcrição do texto em português para a Libras escrita e a gravação de vídeos que capturam todos os detalhes da língua. Ela mostrou um exemplo de como o sistema funcionaria, em que um código QR na embalagem do medicamento direcionaria o usuário a um vídeo com a bula traduzida. Para concluir, Núbia expressou a expectativa de que o Brasil se torne um modelo global na área, e que, com o trabalho do "Bula Libras", os surdos brasileiros e de outras partes do mundo tenham acesso às bulas e embalagens em suas línguas de sinais. Ela finalizou, colocando a equipe à disposição para futuras colaborações. Em um debate focado nos desafios e propostas para aprimorar o acesso à informação de bulas de medicamentos no Brasil, diversos participantes, levantaram questões cruciais e discutiram encaminhamentos práticos. A principal preocupação girou em torno da ausência de bulas acessíveis para pessoas com deficiência, como surdos e cegos, e a necessidade de bulas em formatos digitais ou táteis (Braille), ao mesmo tempo em que se defendia a manutenção da bula impressa para garantir o acesso a todos. O cerne da discussão foi a busca por uma ação imediata e eficaz. A representante do DAF sugeriu que, em vez de aguardar a próxima reunião ordinária do CNPORM, o grupo deveria convocar uma reunião extraordinária, a ser articulada com o Eixo Pesquisa e mediada por Cláudio (Anvisa), e teria como objetivo principal estabelecer um diálogo direto com um ponto focal na Anvisa. Cláudio (Anvisa) prontamente se ofereceu para facilitar essa articulação, confirmando que sua coordenação já atua nesse tipo de

interface. A proposta foi endossada por Mário (ISMP), que reforçou a urgência do tema, mencionando que a regulamentação anterior ficou incompleta e que o assunto precisa ser retomado com celeridade. Apesar do consenso sobre a urgência, Elton (Conasems) levantou uma importante questão de ordem sobre os papéis e as responsabilidades de cada entidade. Ele refletiu sobre os limites de atuação do CNPURM, questionando se sua função é "provocar", "manifestar preocupações" ou se ele pode, de fato, tomar ações executivas. Elton (Conasems) sugeriu que o CNPURM, embora fundamental para a discussão, deveria focar em seu papel de recomendar ações ao Ministério da Saúde ou ao DAF, que são as instâncias de gestão responsáveis pela implementação de políticas. Nesse sentido, explanou que essa indagação visa evitar que o CNPURM extrapole sua esfera de atuação e vincule responsabilidades que cabem ao poder executivo. A discussão, portanto, foi encerrada com o compromisso de se articular a reunião extraordinária, mas com a consciência de que os papéis de cada instituição precisam estar claros para que os encaminhamentos sejam efetivos e sigam a governabilidade adequada. Jaqueline (SECTICS) complementou a discussão ressaltando a importância de alinhar os encaminhamentos junto ao DAF. Ela reforçou a atuação do CNPURM no que tange ao uso racional de medicamentos, com foco específico nas bulas acessíveis para pessoas cegas e surdas. Embora reconheça que a proposição possa extrapolar a esfera direta de atuação do CNPURM, destacou que o diálogo com a Anvisa seria extremamente positivo. Em sua fala, lembrou que a Anvisa está em um momento de pacto regulatório e que a consulta pública anterior, apesar de ter chegado ao DAF, não teve um prazo suficiente para que o CNPURM pudesse responder adequadamente. Ela concluiu que o encaminhamento deve ser feito com cuidado, respeitando o escopo de atuação do CNPURM. Deverá ser articulada uma reunião entre o Eixo Pesquisa e a Anvisa para discutir a inclusão de bulas acessíveis (em formatos como Braille e Libras) para pessoas com deficiência visual e auditiva. A proposta é que o CNPURM, por meio desse diálogo, atue como um agente de articulação, levando as preocupações levantadas na reunião para as esferas de decisão e implementação, como o DAF. A ação será realizada de forma a respeitar as competências e limitações de atuação do CNPURM, focando no uso seguro e racional dos medicamentos, um tema que se enquadra no escopo de atuação do CNPURM. Célia (Fenafar) esclareceu que o CNPURM tem um papel consultivo e age em parceria com o DAF. Ela reforçou que o CNPURM pode sugerir qualquer ação, mas a aprovação e o encaminhamento final dependem do DAF. Célia (Fenafar) propôs que o CNPURM solicitasse uma nova reunião remota extraordinária com a Anvisa, similar a uma reunião anterior que discutiu propagandas de medicamentos. O objetivo desta nova reunião seria debater a regulamentação de bulas acessíveis, verificando a possibilidade de intervenção do CNPURM nas ações da agência. Jaqueline (SECTICS) complementou o encaminhamento final, reforçando que a sugestão do CNPURM foi direcionada à realização de uma reunião extraordinária focada exclusivamente no

tema de bulas acessíveis. A reunião idealmente ocorreria em julho, ou no início de agosto. Ela reiterou o papel consultivo do CNPURM, que atua em conjunto com o DAF, e explicou que as propostas, embora de natureza técnica, precisam de uma análise política antes de serem encaminhadas. Jaqueline (SECTICS) afirmou que levaria a proposta da reunião ao gabinete do DAF para essa avaliação. Essa análise considerará as agendas e a disponibilidade da Anvisa e de outros possíveis participantes. Mário (ISMP) endossou a proposta de Jaqueline, reforçando a urgência da questão. Ele destacou que a regulamentação anterior sobre bulas ficou incompleta, e que o assunto precisa ser retomado com agilidade. Mário (ISMP) também enfatizou a necessidade de incluir outros atores importantes na discussão, como a GS1, a ex-coordenadora da RDC nº 885 de 2024 na Anvisa, e Núbia, que representa os usuários. A partir da explanação e discussões foi encaminhada a realização de uma reunião extraordinária com a Anvisa, mediada pelo DAF. A viabilidade da reunião será levada ao gabinete para análise política e viabilidade, no intuito de garantir que a proposta seja articulada de forma estratégica e efetiva. Caso a reunião extraordinária não seja possível, o tema será priorizado para ser discutido na próxima reunião ordinária do CNPURM, com as considerações e modulações levantadas durante o debate. Finalizada a discussão, o ponto de pauta número 3 foi retomado, com as apresentações dos eixos temáticos que compõem o CNPURM.

Eixo Educação

O Eixo Educação apresentou suas principais ações, com destaque para a prioridade de parceria entre as ações do CNPURM e o Programa Saúde na Escola (PSE), bem como a realização de webinários para a população e profissionais da saúde. A apresentação foi feita por um representante do eixo, Júlio (DAF), que contextualizou o trabalho desenvolvido. Desde o ano anterior, o Eixo Educação tem buscado contato com o PSE. Foi informado que, embora o CNPURM não possa se inserir diretamente no programa por meio de um documento, pode contribuir de outras formas, já que o programa abrange 14 temáticas, incluindo descarte de medicamentos, saúde mental, vacinação e saúde bucal. O representante do Eixo Educação explicou que, devido à agenda apertada, não foi possível contribuir com todas as 14 cartilhas do PSE. No entanto, o eixo se propôs a organizar um webinário em parceria, com o objetivo de fortalecer o conhecimento sobre esses temas.

Pamela (CFF), questionou se o eixo tinha se aproximado do Ministério da Educação (MEC) e se a reunião agendada serviria para levar propostas específicas de temas do CNPURM. Em resposta, Júlio esclareceu que o contato inicial foi feito com a Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS), que detém a coordenação do PSE. Ele confirmou que a reunião com o DAF, por parte do Ministério da Saúde, será para sugerir que o CNPURM participe de um webinário em parceria com o PSE, focando em temas como descarte de medicamentos e saúde mental. O CNPURM, portanto, busca essa parceria

para se conectar com os profissionais do PSE, aproveitando o espaço para divulgar sua atuação, que muitas vezes fica restrita à assistência farmacêutica.

Eixo Regulação

O representante do Secretariado do CNPURN, Felipe (DAF), iniciou a apresentação do Eixo Regulação. Mencionou que uma das pautas em discussão é a inclusão do tema “Uso Racional de Medicamentos” nos currículos dos cursos da área da saúde. Um Grupo de Trabalho (GT) foi criado para tratar do assunto e já realizou uma reunião com o Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS), resultando em produtos, incluindo um webinar. Felipe (DAF) destacou que o webinar foi realizado em 7 de maio, em comemoração ao Dia Nacional do Uso Racional de Medicamentos, e ressaltou que a apresentação seguinte seria detalhada pela representante Jaqueline (SECTICS), que coordena a iniciativa, associada à Dra. Ivani, representante do Conselho Federal de Psicologia; à representante do Conselho Federal de Nutrição, Dra. Manuela Dolinsky; à representante do CFF, Dra. Pâmela. Jaqueline (SECTICS), então, assumiu a palavra e explicou que o webinar foi uma maneira de concretizar o trabalho iniciado e de celebrar o Dia Nacional do Uso Racional de Medicamentos. Destacou que a atuação foi interprofissional, com a participação de nove conselhos federais da área da saúde. O evento teve um público considerável ao vivo e, posteriormente, um número ainda maior de visualizações, já que o conteúdo foi disponibilizado no canal do Datasus no Youtube. Jaqueline (SECTICS) enfatizou que a etapa de logística para a realização do webinar foi bastante desafiadora. A equipe não possuía um banco de contatos, o que exigiu uma força-tarefa, para enviar os convites aos docentes/pesquisadores e coordenações de cursos da área da saúde vinculados às Universidades e entidades de categoria de todo o Brasil. Jaqueline (SECTICS) agradeceu, especialmente, ao grupo que atua no CNPURN, incluindo Felipe, Mhayra e Lívia, por essa dedicação. Agradeceu ao Núcleo do Cuidado Farmacêutico e ao Núcleo de Qualificação e Sistemas, ambos vinculados ao DAF, que disponibilizaram contatos que foram importantes para o alcance do evento. Acrescentou, ainda, que o webinar é uma forma de educação continuada e que, por isso, os temas tratados não precisam ser esgotados em apenas um webinar. Continuou lembrando que este GT foi criado a partir de um encaminhamento no contexto deste Comitê na reunião ordinária de novembro de 2024, gerado a partir de uma proposta da Professora Zilamar representante do CFF no FCFAS, para inserção do tema uso racional de medicamentos nas formações da área da saúde. Em continuidade, informou-se que na segunda reunião do GT foi feita a avaliação do webinar com avanço para uma proposta vinda de reunião anterior da elaboração de um livro para colaborar como material norteador para inserção do tema “uso racional de medicamentos nas formações da área da saúde”. Nessa mesma reunião

foi iniciada a discussão sobre o desenho metodológico e os temas a serem abordados no livro, bem como a definição de prazos para a escrita. Afirmou que alguns membros do CNPURM serão convidados a colaborar com o livro posteriormente e acrescentou que ainda nessa reunião foi pensado um segundo webinar, no entanto, sem definição de tema e data até o momento. Em soma, convidou os membros do CNPURM que tiverem interesse à participação no GT. Finalizou lembrando que o GT também elaborou uma Nota Técnica sobre a importância de abordar o tema “uso racional de medicamentos nas formações da área da saúde”. A referida nota foi enviada aos membros deste Comitê para contribuições, as quais foram recebidas e inseridas no texto. Continuou informando que a nota será enviada aos conselhos da área da saúde com o intuito de sensibilizá-los para que estes elaborem resoluções no sentido de acrescentarem o tema nas formações de suas áreas profissionais. Ressaltou a participação representantes de conselhos federais de categorias que não estão diretamente vinculadas aos medicamentos, mas que se interessam em participar da discussão sobre o tema e em levar a pauta aos seus conselhos, como os Conselhos Federais de Psicologia e Biologia. Pâmela (CFF) destacou a participação dos Conselhos Federais de Psicologia e Nutrição, que compõem o GT, afirmando sua importância. Acrescentou que as falas no webinar de todos os representantes de categorias profissionais da área da saúde foram muito assertivas e que corresponderam às expectativas do GT. Acrescentou que acredita que a Nota Técnica já tem surtido efeito dentro dos conselhos e elogiou o webinar e as ações do GT de forma geral. Falou da necessidade de autores para a produção intelectual proposta pelo GT. Jaqueline (SECTICS) explanou brevemente sobre os tópicos propostos pelo GT: histórico sobre o uso racional de medicamentos, adensamento sobre competências comuns e colaborativas das profissões da área da saúde com enfoque nas colaborativas e, a partir destas, um capítulo com conteúdo norteador para a inserção deste tema na formação destas categorias profissionais. Visto que não havia trazido os tópicos para a reunião, comprometeu-se a enviar os tópicos por e-mail aos membros para que possam manifestar interesse de contribuir com a construção do livro. Pâmela (CFF) informou que estendeu o convite de colaboração no livro à Profª Zilamar e que ela iria levar o assunto à Comissão de Ensino do FCFAS para que pessoas fora deste Comitê também pudessem colaborar na autoria dele. Sem mais colocações sobre o assunto, a apresentação do eixo Regulação foi finalizada. Desse modo, o encaminhamento foi direcionado ao envio dos tópicos e proposta metodológica de elaboração do livro sobre inserção do tema “uso racional de medicamentos nas formações da área da saúde” aos membros do CNPURM via e-mail.

Eixo Antimicrobiano

Juliana (DAF) iniciou informando sobre o webinar organizado pelo Eixo Antimicrobiano voltado à Avaliação e Perspectivas do PAN-BR e que o webinar conta, até o momento, com mais de 900 visualizações no canal do Datasus no Youtube. Avaliou, portanto, o resultado como positivo. Acrescentou que atualmente o eixo não tem projetos em andamento. Seguiu a explanação trazendo ao CNPURN uma proposta de pesquisa encaminhada ao DAF pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT), que recebeu da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), desenvolvida pelo pesquisador Carlos Roberto Veiga Kiffer, para que o DAF avaliasse e fornecesse um parecer - favorável ou desfavorável - sobre a realização da pesquisa. O projeto teria a duração de 24 meses e tem como objetivo determinar a prevalência de infecções de corrente sanguínea causadas por microrganismos resistentes aos antimicrobianos. O estudo seria um inquérito realizado em âmbito nacional, selecionando amostras em hospitais de todo o país e buscaria entender o comportamento dos microrganismos, os antimicrobianos aos quais tem se desenvolvido mais resistência, partindo de dados de estudos com amostras menores. Finalizou explicando que, com a aprovação do projeto, o DAF teria o papel de acompanhá-lo. Jaqueline (SECTICS) indagou qual seria expectativa do projeto no que tange à participação do CNPURN ao que Juliana (DAF) respondeu que a princípio o que se espera é um parecer do CNPURN avaliando a relevância da pesquisa e se esta seria de interesse do DAF ou não. Jaqueline (SECTICS) explicou que, mesmo com um parecer favorável por parte do CNPURN, a projeto ainda teria que ser submetido à avaliação do diretor do DAF; somado ao fato de que não se caracteriza como atribuição do CNPURN a avaliação de projetos de pesquisa, com emissão de parecer. Vera (Fiocruz), também integrante do Eixo Antimicrobiano, acrescentou que representa o CNPURN no PAN-BR e repassou que houve poucos avanços até a data desta reunião, mas que há, dentro do grupo do PAN-BR o compartilhamento de materiais interessantes, e indagou se seria de interesse do CNPURN que ela catalogasse os materiais e enviasse ao CNPURN para uma espécie de repositório ou até mesmo para a publicização desses documentos junto ao Eixo Informação. No que diz respeito à pesquisa apresentada, perguntou se há a expectativa de alguma contrapartida junto a um parecer favorável, seja ela de apoio político à pesquisa ou de financiamento. Por fim, informou que no edital mais recente para submissão de pesquisas a serem financiadas pelo Ministério da Saúde existem linhas que dialogam diretamente com o uso racional de medicamentos e indagou se existiria a possibilidade de interação do CNPURN com estas pesquisas. Juliana (DAF) esclareceu que existe um pedido de financiamento para o projeto, com a previsão de orçamento de R\$ 13 milhões para 24 meses de pesquisa, que seria financiada pela Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA). Pâmela (CFF) contextualizou que o PAN-BR é uma estratégia coordenada pela Coordenação Geral de Laboratórios de Saúde Pública (CGLab), dentro do Programa Uma Só Saúde, que se trata de um programa interministerial. Informou

que o PAN-BR finalizou a parte de planejamento e se encontra em fase desenvolvimento da operacionalização das estratégias elaboradas. Informou que existem pesquisadores estudando a temática da pesquisa proposta há anos e que o grupo mais qualificado para avaliar se a pesquisa proposta está alinhada com as estratégias definidas no âmbito nacional seria o grupo do PAN-BR. Jaqueline (SECTICS) indagou se o orçamento já estava aprovado ao que Juliana (DAF) respondeu que não, que ainda estava em fase de avaliação e acrescentou que a CGLab estava ciente, visto que o encaminhamento da SVSA veio através da CGLab. Afirmou que a SVSA quer uma série de pareceres, sendo um deles do DAF o qual seria fortalecido pela consulta ao CNPURM. Acrescentou que o prazo estipulado para a entrega do parecer seria de 5 dias úteis e que ela recebeu esta demanda há 2 dias. Jaqueline (SECTICS) apontou o curto prazo para avaliação do projeto e sugeriu que os membros do CNPURM votassem na aprovação ou não o encaminhamento retirado a partir da fala de Vera (Fiocruz) de que o CNPURM declinasse a avaliação do projeto. Elton (Conasems) corroborou as falas no sentido do declínio à avaliação e destacou que essa atribuição perfaz competência do CNPURM. Jaqueline (SECTICS) prosseguiu para o regime de votação do encaminhamento pautado no declínio da elaboração do parecer. Os membros presentes concordaram com a não elaboração do parecer sobre o projeto de pesquisa apresentado. A reunião foi finalizada após o a leitura do cronograma planejado para o segundo dia da reunião ordinária do CNPURM.

Segundo dia da 57ª Reunião Ordinária (25/06):

5. Palestra e discussão ao tema: “Projeto Integra e possibilidades de parcerias com o CNPURM” – Profa. Dra. Silvana Nair Leite (UFSC e Escola Nacional dos Farmacêuticos)

A Dra. Silvana Leite iniciou a apresentação contextualizando a criação do Projeto Integra e explicando a proposta do projeto. Explicou que a partir das discussões da 16ª Conferência Nacional de Saúde ficou clara a integração de três temas em políticas públicas de saúde, a saber: Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde; Assistência Farmacêutica; Vigilância em Saúde, o que foi ainda mais explícito durante o período da pandemia de Covid-19. Nesse período, logo no primeiro ano de pandemia, um estudo foi realizado a fim de averiguar quais os países apresentaram os Sistemas de Saúde mais resilientes durante a primeira fase do período pandêmico e em uma das conclusões do estudo foram os componentes fundamentais para um sistema de saúde resiliente, elencado o componente “engajamento da comunidade” como o mais importante. Dessa forma, entidades como a Fenafar, Fiocruz e a Escola Nacional de Farmacêuticos constataram a necessidade da mobilização social e formação de lideranças nas políticas públicas de saúde, o que

levou à criação do Projeto Integra. Este, em sua primeira fase, promoveu um curso de formação de lideranças sobre temáticas diretamente ligadas à pandemia de Covid-19. Em um segundo momento, o projeto promoveu o 9º Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica, apenas para convidados, no intuito de debater oito temáticas de interesse do projeto. As proposições foram sistematizadas e compiladas em uma publicação de nome “Políticas públicas integradas para fortalecer o SUS”, representando, atualmente, uma referência para análise e proposição de políticas públicas. Paralelamente, o Projeto Integra lançou um podcast para debater tecnologias em saúde. A palestrante continuou demonstrando ações do projeto, estas focando, em sua maioria, em estratégias para mobilização da sociedade. Finalizou mostrando a página do Projeto Integra junto à divulgação do documentário sobre os 20 anos da Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) e destacou a importância de estender a divulgação à sociedade.

Mário (ISMP) informou que o ISMP desenvolveu 54 boletins, dos quais 27 foram feitos em parceria com o Ministério da Saúde, porém, ainda existem temas não abordados pelos materiais, como hanseníase e tuberculose, e sugeriu parceria entre ISMP e Projeto Integra. Jaqueline (SECTICS) questionou qual seria o papel na parceria sugerida, ao que Mário (ISMP) respondeu que a participação do CNPURN seria na elaboração de novos materiais e acrescentou que seria interessante a produção destes materiais direcionados a pacientes. Vera (Fiocruz) sugeriu que se inserisse no plano de trabalho do próximo biênio do CNPURN a inserção do tema “uso racional de medicamentos” nos canais já estruturados pelo Projeto Integra e que esta articulação deveria ser feita por membros já familiarizados com o projeto. Luciane (Conasems) parabenizou a explanação e o projeto e discorreu brevemente sobre a importância da formação de conselheiros municipais de saúde, especialmente para atuação na Assistência Farmacêutica, enfatizando que esta ação resulta no fortalecimento da PNAF e do entendimento da sociedade acerca da Assistência Farmacêutica para além do acesso ao medicamento. Ana Liani (DAF) se colocou à disposição para contribuir com a elaboração de materiais, em especial sobre hanseníase e tuberculose, doenças com as quais trabalha e que estão em pauta dentro do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica. Priscilla (CNS) corroborou a fala de Luciane sobre a importância da capacitação de conselheiros municipais de saúde e pontuou a “jornada do medicamento” até o paciente como tópico fundamental a ser abordado nas capacitações. Discorreu sobre a importância da Assistência Farmacêutica capacitada, bem como da importância da otimização de recursos, exemplificando a otimização de doses em alguns medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e sugeriu que este elaborasse estratégias para provocar a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) a fim de sensibilizá-los quanto à necessidade de disponibilização de doses otimizadas desses medicamentos. Emília (ouvinte, UnB) parabenizou o Projeto Integra e os boletins

elaborados pelo ISMP e se colocou à disposição para contribuir com a produção de novos materiais. Débora (CNS) propôs que o documentário de celebração dos 20 anos da PNAF seja publicado na página do CNPURM, com pessoas debatendo pontos específicos da PNAF a partir de cenas do documentário. Propôs, ainda, que o CNPURM colabore com a constituição de Comissões de Assistência Farmacêutica e, talvez de Ciência e Tecnologia nos Conselhos Municipais de Saúde. Finalizou com a proposta de incluir, de maneira continuada, o Projeto Integra nas agendas do CNPURM, por sua relevância técnica e política, somado ao destaque à PNAF. Henrique (Conass) sugeriu capacitações sobre Ciência e Tecnologia aos Conselheiros de Saúde, desenvolvida através do DAF, Projeto Integra e Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT). Célia (Fenafar) compartilhou uma experiência exitosa da Comissão de Assistência Farmacêutica do Rio Grande do Sul junto aos Conselhos Municipais de Saúde de capacitação de conselheiros. Jaqueline (SECTICS) resumiu os temas debatidos nas falas, ponderando que muitas delas envolvem entidades e atuações que fogem à prerrogativa do CNPURM, mas que seriam levadas ao diretor do DAF e pontuou que a discussão de muitos deles seriam pertinentes de serem levadas ao Fórum Nacional de Assistência Farmacêutica. Continuou sua fala elencando os encaminhamentos anotados a partir das explanações, a saber: construção de materiais educativos em parceria com Projeto Integra e a ISMP através dos Eixos Educação e Informação do CNPURM; parceria entre o Projeto Integra e o CNPURM no sentido de inserir o tema “uso racional de medicamentos” nos canais e ações já planejados pelo projeto, através dos Eixos Educação, Informação e Antimicrobiano; inserção dos links do documentário de celebração de 20 anos da PNAF e de alguns podcasts do Projeto Integra. Os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade.

6. Cuidado Farmacêutico no contexto do Uso Racional de Medicamentos – Mauren Luciana Estevam (DAF/SECTICS/MS)

Jaqueline (SECTICS) iniciou o período vespertino do 2º dia de reunião explicando que a sessão seria dedicada a uma exposição sobre Cuidado Farmacêutico e Uso Racional de Medicamentos conduzida por Mauren Luciana Estevam, consultora técnica do Núcleo do Cuidado Farmacêutico (NCF/DAF), com participação de Jânio Barbosa Pereira Júnior, também consultor do NCF/DAF, seguida de discussão com membros do CNPURM.

Mauren iniciou sua fala se apresentando como integrante recente do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, em que passou a atuar no Núcleo do NCF em dezembro de 2024. Em nome do núcleo, agradeceu o convite e expressou satisfação pela oportunidade de dialogar com o CNPURM sobre as ações em andamento relacionadas ao uso racional de medicamentos. Para contextualizar, lembrou a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o uso racional de

medicamentos, preconizando que o paciente deve receber o medicamento apropriado para sua condição clínica, na dose correta, pelo tempo necessário e ao menor custo possível. Destacou, contudo, que este conceito deve ser ampliado, considerando etapas anteriores e posteriores ao uso. Seguiu apontando que antes mesmo da prescrição, faz-se necessária a garantia do acesso oportuno do indivíduo a um profissional de saúde, assim como a realização de diagnóstico correto e a emissão de uma prescrição adequada. Na sequência, deve-se assegurar a disponibilidade do medicamento, sua correta dispensação (acompanhada de orientação), a adesão do paciente ao tratamento e, por fim, o descarte ambientalmente seguro de sobras e resíduos, de forma a evitar impactos ecológicos. A palestrante chamou a atenção para os inúmeros desafios práticos enfrentados nesse percurso, a saber: 1) uso indiscriminado de medicamentos; 2) automedicação irresponsável, pontuando que a OMS reconhece a “automedicação responsável” como parte do autocuidado, desde que realizada com medicamentos isentos de prescrição, sob orientação e acompanhamento de profissional de saúde; 3) falta de adesão por reações adversas, percepção equivocada da ausência de melhora ou dificuldades no acesso aos medicamentos; 4) hipermedicalização; 5) resistência antimicrobiana e 6) problemas relacionados à farmacoterapia, que incluem questões de necessidade, segurança e efetividade da medicação, além de erros de medicação em todas as etapas – prescrição, dispensação, administração e monitoramento – com potencial de gerar danos de diferentes magnitudes, inclusive óbitos. Para ilustrar a complexidade, apresentou a teoria do queijo suíço de James Reason, enfatizando que o cuidado farmacêutico atua como uma barreira de segurança, mas que a prevenção de erros exige ação integrada de toda a equipe multiprofissional. Na sequência, destacou a publicação da Portaria nº 4.379/2024, que instituiu as Diretrizes Nacionais do Cuidado Farmacêutico, estabelecendo princípios como: universalidade, integralidade e equidade; cuidado centrado na pessoa; segurança do paciente; interprofissionalidade; saúde baseada em evidências; ética profissional; e gestão estratégica. Em seguida, introduziu as competências do DAF e apresentou os pontos de inserção das ações do NCF nos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica, bem como no Programa Farmácia Popular. Destacou que ações para a promoção do uso racional de medicamentos foram propostas na 17ª CNS, e tendo como base o Plano Plurianual (PPA) e o Plano Nacional de Saúde (PNS) 2024-2027, foram apresentadas as estratégias ligadas ao uso racional de medicamentos desenvolvidas pelo NCF, conforme seguem:

- Materiais Educativos: elaboração de fichas técnicas voltadas aos farmacêuticos, contendo a Classificação Internacional de Doenças (CID), indicações, contraindicações, interações medicamentosas, apresentações e posologia; produção de cartilhas em linguagem acessível para pacientes, com informações práticas e visuais;

- Telecuidado farmacêutico: serviço já em curso para pacientes em uso do medicamento selexipague, devido à condição requerer acompanhamento próximo com vistas aos efeitos adversos. As teleconsultas permitem titulação de doses por comprimido (Portaria Conjunta SAES/SECTICS número 24 de 27 de novembro de 2023) e monitoramento remoto, garantindo adesão e segurança. A experiência inicial tem mostrado resultados positivos e há planos de expansão para outras condições clínicas;
- Protocolos e guias clínicos: elaboração de guias para cuidado farmacêutico em tuberculose e hanseníase, somado ao desenvolvimento de cursos *online* para capacitação dos farmacêuticos do SUS em serviços clínicos;
- Oficinas estaduais de sensibilização: realizadas em sete estados, com o propósito de apoiar gestores locais na estruturação de serviços clínicos farmacêuticos. Nessas oficinas, identificaram-se cenários diversos como municípios sem farmacêuticos em número suficiente e outros já ofertando serviços, todavia, enfrentando dificuldades de registro e sistematização;
- Painel de indicadores nacionais: encontra-se em construção, com previsão de avaliação de estrutura, processo e resultado, possibilitando a mensuração de forma objetiva à implementação do cuidado farmacêutico em todo o país.

Na sequência, Jânio Barbosa (DAF), acompanhando remotamente, reforçou a importância da produção e da validação de materiais educativos, destacando que o processo envolve farmacêuticos do DAF, linguistas (para tradução em linguagem simples) e usuários dos medicamentos, assegurando acessibilidade e eficácia comunicacional. Relatou que já estão em produção materiais para 111 medicamentos da Rename, considerando os componentes básico, estratégico e especializado. Destacou ainda que há articulação com o Projeto FarmaLibras, visando a tradução do conteúdo para Libras, ainda que em fase futura. Apresentou dados do Painel de Indicadores, evidenciando aumento progressivo do registro de serviços farmacêuticos: de 109 mil registros em 2014 para quase 1,2 milhão em 2024, embora ainda haja subnotificação significativa. Destacou a importância da sensibilização dos profissionais para o registro adequado, essencial à avaliação e ao planejamento de políticas públicas. Na etapa de debates, Emília (ouvinte, UnB) parabenizou a equipe e questionou os instrumentos de validação utilizados na elaboração dos materiais educativos. Jânio (DAF) explicou que o instrumento utilizado é o SAM (da sigla em inglês *Suitability Assessment of Materials*), instrumento validado e reconhecido na literatura, que é aplicado por equipe de consultores externos do Centro de Informações de Medicamentos da Universidade Federal da Paraíba. Continuou explanando que, após, os materiais são revisados por especialistas do DAF e passam por validação com pacientes nos locais de dispensação. Emília (ouvinte, UnB) também perguntou sobre os indicadores em desenvolvimento. Foi informado que estes encontram-se em fase de validação externa por

especialistas, com previsão de publicação até o final de 2025. Mário (ISMP) compartilhou a experiência do Programa Nacional de Segurança do Paciente (2013), ressaltando que a dificuldade de registro pelos farmacêuticos decorre, muitas vezes, da sobrecarga de atendimentos. Defendeu a criação de sistemas de registro simples e ágeis, exemplificando experiências com QR Codes para notificação de reação adversa e erro de medicação para que outro setor investigue. Ressaltou a falta de normas e protocolos para uso racional de medicamentos na atenção primária. Também alertou sobre a complexidade da aplicação de indicadores de resultado devido aos múltiplos fatores que influenciam no desfecho do paciente. Jânio e Mauren (DAF) informaram que esses diversos aspectos estão sendo considerados e que os indicadores passarão por monitoramento e avaliação contínua. Henrique (Conass) ressaltou a relevância do cuidado farmacêutico para o acompanhamento do paciente e como forma de monitoramento das novas tecnologias incorporadas no SUS. Vera (Fiocruz) lembra que a OPAS desenvolveu e publicou no ano passado um conjunto de indicadores para a assistência farmacêutica na atenção hospitalar e ofereceu o compartilhamento, caso seja autorizada, das ferramentas utilizadas no desenvolvimento desses indicadores para ajudar o DAF na consolidação do painel. Gilvania (Opas) responde que não acompanhou esse processo e que teria que consultar a Tatiana Orjuela Rodríguez (Consultora Opas) sobre o compartilhamento desse material. Gilvania (Opas) parabenizou a construção dos materiais informativos, em especial o fato de terem conseguido agregar um linguista, destacando a importância na adaptação de um texto técnico para a linguagem popular. Sugeriu fazer contato com o grupo da professora Carla Galvão Spinillo, da Universidade Federal do Paraná, que trabalha com *design* inclusivo e acessibilidade. Luciane (Conasems) trouxe a sugestão de aproveitar os farmacêuticos que fizeram as capacitações sobre cuidado farmacêutico realizadas recentemente pelo CFF e Conasems, pois boa parte desses farmacêuticos capacitados estão nas farmácias públicas do SUS. Edson Alan (SAPS), participando remotamente, sugere a criação de um núcleo de monitoramento das incorporações de medicamentos e outras tecnologias de maior custo. Destacou a necessidade de estruturar a rede para superar as dificuldades de implementação de tecnologias em estados do norte e nordeste e, em relação às teleconsultas, superar as barreiras de acesso pela população idosa, considerada a que mais utiliza diversos desses medicamentos. Jaqueline (SECTICS) reforçou que não caberia ao CNPURN a criação de um núcleo como esse, mas, indagou a professora Silvana Nair Leite se há algum tipo de monitoramento como esse realizado pela Conitec. Silvana respondeu que o papel da Conitec é de avaliação para incorporação e desincorporação, mas, não monitoramento. No entanto, há alguns casos de incorporação condicionados à reavaliação que demandam algum monitoramento de custo-efetividade, com complexidade para ser realizado. Marina (Idec) questionou se a implementação do serviço de telecuidado farmacêutico no âmbito do Programa Farmácia Popular está

alinhado à portaria do Ministério da Saúde que regula os serviços do SUS digital. Também apontou que a parte do Idec há uma grande preocupação em relação à proteção de dados das pessoas que utilizam os serviços de telessaúde, considerando que os dados de saúde são dados pessoais bastante sensíveis. Mauren (DAF) reafirmou que as diretrizes existentes sobre proteção de dados estão sendo contemplados no desenho da proposta. Jânio (DAF) complementou que o planejamento considera experiências anteriores e que caminha no sentido de garantir a sustentabilidade das ações propostas. Nada mais havendo a tratar, Jaqueline (SECTICS) encerrou a reunião às 16h05, seguido de agradecimento pela presença dos membros e ouvintes presentes.